



NOVOS ÓRGÃOS NACIONAIS

UNIDADE, DIVERSIDADE E RENOVAÇÃO

PÁG. 4 E 5

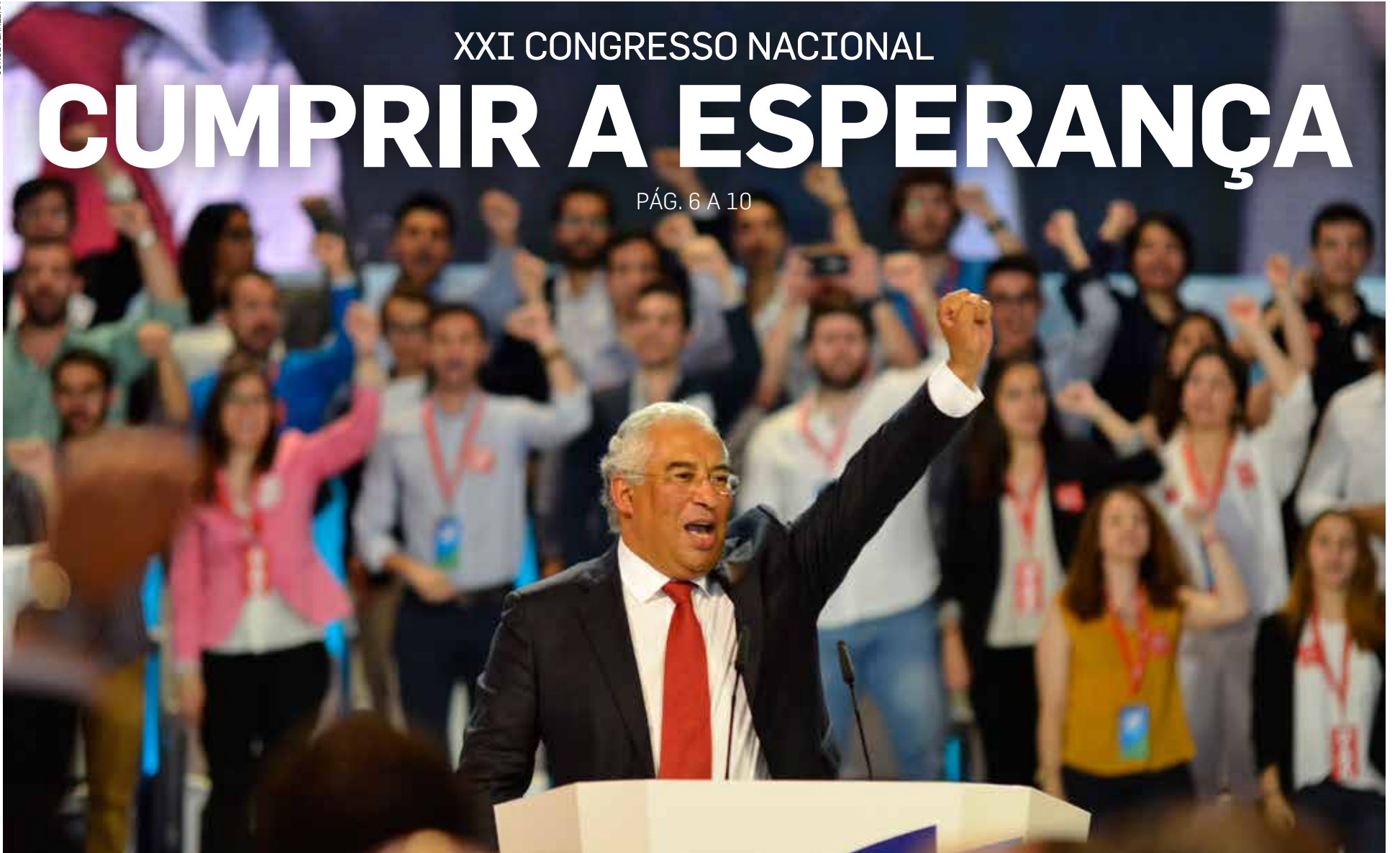


JORGE FERREIRA

XXI CONGRESSO NACIONAL

CUMPRIR A ESPERANÇA

PÁG. 6 A 10



ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



DIAS ÚTEIS

ÀS 17H

CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS

QUENTE & FRIO

RUI SOLANO DE ALMEIDA

A ESCALDAR

REDUZIR LISTAS DE ESPERA

O Hospital Pulido Valente, integrado no Centro Hospitalar de Lisboa Norte, vai passar a receber, até ao final de 2106, mais cerca de 500 doentes que esperam por uma cirurgia. O objetivo do Governo é fazer baixar o número de esperas na lista do Serviço Nacional de Saúde, evitando que os doentes, de forma mais vantajosa, tenham que recorrer ao sector privado. A par do incremento das cirurgias, o Pulido Valente vai também passar a ter mais consultas e mais camas para internamento e um centro de saúde permanente que funcionará dentro das instalações do hospital.



QUENTE

AMADEO DE SOUZA-CARDOSO

Inaugurou no passado dia 27 de abril, no Grand Palais, em Paris, com a presença do primeiro-ministro António Costa, a primeira grande retrospectiva dedicada ao artista português, Amadeo de Souza-Cardoso que nasceu em Amarante em 1887 e morreu em Espinho em 1918. A obra de Souza-Cardoso é multifacetada, com influências no cubismo, no impressionismo e no futurismo e encontra-se no cruzamento de todos os movimentos artísticos do século XX.



FRIO

ATO DE IRRESPONSABILIDADE

A comissão parlamentar de inquérito à Caixa Geral de Depósitos que a direita impôs ao Parlamento é um ato de extraordinária irresponsabilidade por parte do PSD/CDS.

Esta a opinião expressa pelo deputado socialista João Galamba, que lembrou tratar-se de uma posição "inédita e perigosa", porque, justificou, estando a CGD em plena capacidade operacional, corre-se o risco de se ficarem a saber detalhes da operação da instituição que "beneficiarão as demais instituições concorrentes".



GELADO

A CULPA É DO PSD/CDS

O Tribunal de Contas (TC) acusa o Governo PSD/CDS de ter usado as receitas geradas com as contribuições para a ADSE para maquilhar as contas públicas e com isso fazer baixar o défice orçamental.

Uma prática que o relatório do TC considera ilegal e que ameaça, a longo prazo, a sustentabilidade do sistema de saúde criado para os trabalhadores do Estado.

Um dos exemplos que o Tribunal de Contas adianta são os cerca de 29,7 milhões de euros que o anterior Governo pagou indevidamente ao serviço Regional de Saúde da Madeira, em 2015, quando esse financiamento devia ter sido satisfeito, segundo defende o TC, pela dotação orçamental do SNS, ou seja, usando dinheiro do Estado.



FRANÇA MANIFESTA APOIO CONTRA SANÇÕES A PORTUGAL

António Costa deslocou-se no dia 18 de junho a Paris onde se encontrou com o primeiro-ministro francês, tendo recebido por parte de Manuel Valls um claro apoio contra as eventuais sanções da Comissão Europeia a Portugal por causa do défice excessivo de 2015. Mais tarde o primeiro-ministro português teve ainda ocasião de inaugurar o primeiro espaço do cidadão fora de Portugal e assistido ao jogo Portugal-Áustria.

SOBRE as conversações que manteve com Manuel Valls, António Costa disse aos jornalistas à saída do encontro que ambos concordam que a Europa precisa de "um novo alento", salientando que o grande desafio que hoje se coloca à União Europeia passa em grande medida por "recuperar o apoio popular", sublinhando ser a confiança dos cidadãos nas instituições europeias o enfoque fundamental para fazer "renascer o projeto europeu".

De Manuel Valls, António Costa ouviu que a Europa não pode ser punitiva e que está ao lado do Governo português contra as sanções por incumprimento do limite do défice de 3% em 2015, da responsabilidade da anterior maioria de direita PSD/CDS, afirmando que o que deve ser levado em conta são os "compromissos tomados pelo Governo de António Costa perante o povo", razões suficientes, disse ainda Manuel Valls, porque "apoiamos muito o Governo português".

Relações excelentes

O primeiro-ministro francês mostrou-se muito feliz por receber António Costa, manifestando também satisfação pela anunciada visita que o Presidente da República francesa, François Hollande, vai efetuar a Portugal no próximo mês de julho, afirmando esperar que esta visita "me dê a oportunidade, alguns meses depois, de regressar a Portugal para podermos aprofundar sempre as nossas excelentes relações em todas as áreas".

Por seu lado, António Costa lembrou o excelente momento das relações económicas e políticas entre os dois países, realçando a propósito que os "franceses têm hoje cerca de dois milhões de turistas a visitar Portugal", sendo que a França é o segundo maior fornecedor do país e o primeiro investidor estrangeiro, fazendo ainda questão de assinalar que "há neste momento várias empresas francesas interessadas em investir em Portugal". ■





PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU AFIRMA **CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL PORTUGUESA NO BOM CAMINHO**

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, defendeu no dia 20 de junho que a consolidação orçamental portuguesa “está no bom caminho”, numa conferência de Imprensa conjunta com o primeiro-ministro, António Costa, após terem estado mais de uma hora reunidos em São Bento.

O PRIMEIRO-MINISTRO português disse que o tema da aplicação de eventuais sanções a Portugal “não foi particularmente abordado” na reunião com Donald Tusk, até porque a Comissão Europeia reserva para julho uma posição sobre essa matéria. “Nas próximas semanas, a Comissão Europeia recolherá dados mais atualizados sobre a execução orçamental, o que é importante para confirmar que a execução deste ano está a decorrer em linha com o projetado e que, portanto, ainda menos se justifica a aplicação de sanções. Apesar de não se ter alcançado o objetivo [do défice] no ano passado, Portugal está este ano numa trajetória positiva”, disse. Sobre a execução orçamental deste ano, António Costa defendeu que, tanto os dados da despesa, como os da receita, “confirmam” essa tra-

jetória das finanças públicas portuguesas. “Espero que isso ajude a confirmar da parte da Comissão Europeia a inoportunidade que seria aplicar sanções”, disse, acrescentando que o Conselho Europeu só se pronunciará em matéria de sanções após uma proposta da Comissão.

O presidente do Conselho Europeu, por seu lado, sublinhou ainda ser “reconfortante observar que Portugal já teve um longo percurso desde a última crise financeira, e quero ser muito claro, porque de certeza que Portugal está no caminho certo, não tenho dúvidas”. ■



O 21.º congresso foi um importante momento de afirmação do PS. Um congresso de abertura, renovação e unidade. Nos debates sobre temas de grande pertinência e atualidade, realizados antes e durante, participaram especialistas independentes e militantes socialistas e de outros partidos. Nesta primeira reunião magna depois da formação do governo do PS - apoiado pela maioria parlamentar de esquerda saída das eleições de 4 de outubro, que pôs termo a quatro anos de sobressalto e instabilidade para as famílias e para as empresas - a orientação política seguida pelo Secretário geral António Costa saiu reforçada, contando com o apoio dos críticos da primeira hora.

Foi praticamente unânime o reconhecimento de que esta foi a melhor opção para cumprir os compromissos assumidos com os portugueses e devolver às famílias os rendimentos que o governo PSD/CDS lhes havia tirado. A única opção, aliás. Já que a alternativa seria um governo da coligação PAF (PSD/CDS) caucionado na Assembleia da República pelo voto dos deputados do PS. Como poderia o PS apoiar a continuação do governo da direita depois do que disse durante a campanha eleitoral?

“Precisamos de homens que consigam sonhar com coisas que nunca foram feitas”, afirmou John Kennedy. António Costa não se limitou a sonhar, conseguiu concretizar o que outros líderes antes dele haviam sonhado e que muitos julgavam impossível: unir as esquerdas parlamentares no apoio a uma solução governativa para virar a página da austeridade e devolver a confiança aos portugueses. No discurso mediático, fala-se muito do declínio dos partidos nas democracias modernas, sustentado na redução da participação política dita “convencional” e no aumento da desconfiança em relação à política e aos políticos. Essas tendências existem e têm de ser contrariadas. Quer em Portugal quer na Europa. É um imperativo democrático desmascarar os movimentos e partidos extremistas e populistas que minam a confiança, promovem o medo e nada constroem.

Num mundo globalizado, tudo tem a ver com todos. O que se passa num país tem consequências nos países vizinhos. A saída do reino Unido da União Europeia (EU) vai ter consequências políticas, económicas e sociais ainda imprevisíveis. Em primeiro lugar para os britânicos. Tudo leva a crer que os mais afetados sejam mesmo os que votaram no Brexit: os mais pobres, mais idosos e menos qualificados. Os que rezearam perder o emprego e os apoios sociais para os imigrantes e reagiram ao espectro do medo.

O certo é que nada vai ficar como dantes. Desde logo, no Reino de Sua Majestade, de onde vêm preocupantes sinais de turbulência política e clamor independentista com prováveis implicações constitucionais. Por outro lado, a economia britânica vai ressentir-se da perda do mercado único de cerca de 500 milhões de consumidores e do afastamento da mesa europeia onde se tomam as decisões. Quanto à UE, ou tem a coragem de se questionar, mudar de rumo e aproveitar a oportunidade para refundar o projeto europeu ou resvala para a irrelevância e cai no abismo. Se perante este murro no estomago, os líderes europeus meterem a cabeça na areia e não refletirem sobre as causas e o significado deste resultado e daí retirarem as devidas lições, será o fim. O sonho europeu transformar-se-á em pesadelo. Albert Einstein afirmou que no “meio da dificuldade se encontrava a oportunidade”. Espero que os decisores europeus percebam que esta é a hora de unir esforços em torno do que é essencial: salvar o projeto europeu e colocá-lo ao serviço dos cidadãos. ■



COMISSÃO NACIONAL DO PS

PS UNIDO ELEGE COMO PRIORIDADE VITÓRIA NAS AUTÁRQUICAS E REGIONAIS DOS AÇORES

A Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, apontou no dia 15 de junho como “prioridade absoluta” a vitória socialista nas eleições autárquicas de 2017 e nas regionais dos Açores em 2016, sublinhando que “há um partido unido em torno daquilo que é essencial: o combate político”.

ANA CATARINA MENDES falava no final da reunião da Comissão Nacional do PS, que elegeu a Comissão Política e os órgãos de direção partidária, o Secretariado Nacional e a Comissão Permanente. “A Secretária-geral adjunta do PS toma como prioridade absoluta o combate eleitoral autárquico. Será organizada nos próximos tempos uma comissão técnica eleitoral e o reforço de presidentes de câmaras

nos órgãos de direção traduz que as autárquicas são absolutamente essenciais, desde a freguesia até à câmara municipal”, afirmou.

Questionada sobre a inclusão no Secretariado Nacional de Eurico Brilhante Dias, que foi porta-voz para as questões económico-financeiras durante a liderança de António José Seguro, a Secretária-geral Adjunta dos socialistas lembrou que no PS “não há fações

ou sectarismo”, acrescentando que “há um partido unido em torno daquilo que é essencial: o combate político”.

Há mais vida no PS para além do Governo

Quanto à ausência de membros do Governo no Secretariado e na Comissão Política do PS, Ana Catarina Mendes disse que “o que o Secretariado Nacional do PS demonstra é que há mais vida para além

do Governo”.

“O PS reforça aqui a sua autonomia, não deixando de apoiar o Governo. Não porque não se confie nos membros do Governo, mas porque os dirigentes do Secretariado e da Comissão Permanente têm de estar disponíveis para ação política quotidiana do PS”, acrescentou. A Comissão Nacional do PS, ontem reunida, elegeu os novos membros efetivos da Comissão Política Nacional, as-

sim como, e sob proposta do Secretário-geral, os 15 membros do Secretariado Nacional, a que acresce um secretário nacional adjunto, e os 7 membros da Comissão Permanente.

O órgão máximo do partido entre congressos reconduziu ainda Ana Catarina Mendes no cargo de Secretária-geral adjunta e elegeu António Arnaut como presidente honorário do PS. ■

NOVA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS DO PS

UNIDADE, DIVERSIDADE E RENOVAÇÃO

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Acácio Pinto
Adalberto Campos Fernandes
Alberto Costa
Álvaro Beza
Ana Maria Bettencourt
Ana Paula Vitorino
André Bradford
António Manuel Arnaut
Ascenso Simões
Augusto Santos Silva
Bárbara Chaves
Bernardo Trindade
Capoulas Santos
Carla Vale
Cláudia Serapicos
Constança Urbano de Sousa
Cristina Martins
Daniel Adrião
Domingos Bragança
Domingos Pereira
Duarte Cordeiro
Edite Estrela
Eduardo Ferro Rodrigues
Eduardo Cabrita
Eurídice Pereira
Fernando Rocha Andrade
Graça Fonseca
Henrique Ferreira
Isabel Santos
Joana Lima
João Cravinho
João Sequeira
João Soares
João Torres
Joaquim Mourão
Joaquim Couto
Joaquim Raposo
Jorge Gomes
Jorge Seguro Sanches
Jorge Lacão
José Carlos Pereira
José Correia da Luz
José Luís Carneiro
José Manuel dos Santos
Lúcia Araújo Silva
Manuel Machado
Maria de Belém Roseira
Maria Santos
Mariana Vieira Da Silva
Marina Gonçalves
Mário de Almeida

Odete João
Paulo Campos
Paulo Pedroso
Pedro Cegonho
Pedro Marques
Pedro Silva Pereira
Renato Sampaio
Rosa Maria Albernaz
Rui Pereira
Sérgio Ávila
Susana Amador
Teresa Almeida
Vieira da Silva
Vítor Aleixo
Vítor Paulo Pereira
Vítor Ramalho
Rui Riso
Ana Paula Bernardo
José Abraão
Sérgio Monte
Mário Mourão
Carlos Trindade
Carlos Zorrinho
Berto Messias
Jaime Leandro

Integram ainda a Comissão Política Nacional, que é presidida pelo Secretário-geral, o presidente do Partido e presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, a Secretária-geral adjunta, os presidentes dos Grupos Parlamentares do PS/Açores e do PS/Madeira, o presidente da ANA/PS, o presidente da Tendência Sindical Socialista, os presidentes de Federação, os representantes da Juventude Socialista, o Secretário-geral da JS e a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.

SECRETARIADO NACIONAL

Carla Tavares
Eduardo Vítor Rodrigues
Eurico Brilhante Dias
Fernando Medina
Filipe Neto Brandão
Francisco César
Isilda Gomes

João Azevedo
José Leitão
José Manuel Mesquita
Maria da Luz Rosinha
Maria do Céu Albuquerque
Rui Pena Pires
Susana Ramos
Wanda Guimarães
Hélder Guerreiro - Secretário nacional adjunto

Integram ainda o Secretariado Nacional, que é presidido pelo Secretário-geral, António Costa, a Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, o presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, Carlos César, os presidentes do PS/Açores e do PS/Madeira, Vasco Cordeiro e Carlos Pereira, o diretor do Gabinete de Estudos, João Tiago Silveira, a diretora do "Acção Socialista", Edite Estrela, o Secretário-geral da JS, João Torres, e a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Elza Pais.

COMISSÃO PERMANENTE

Francisco André
Hugo Pires
João Galamba
Luís Patrão
Luísa Salgueiro
Maria Antónia Almeida Santos
Porfírio Silva

Integram ainda a Comissão Permanente, que é coordenada pela Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, o presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, Carlos César, o diretor do Gabinete de Estudos, João Tiago Silveira, a diretora do "Acção Socialista", Edite Estrela, o Secretário-geral da JS, João Torres, e a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Elza Pais. ■

UM PARTIDO A POSTOS

ASCENSO SIMÕES



“ O Secretariado Nacional foi profundamente renovado deixando de incorporar membros do Governo e dando prioridade aos dois combates que temos que enfrentar – as eleições legislativas regionais dos Açores e as eleições autárquicas

A Comissão Nacional, saída do último congresso, elegeu o Secretariado Nacional e a Comissão Política.

Há muitos sinais que devem ser relevados e que interessa que todos os militantes ponderem.

Em primeiro lugar, o Secretariado Nacional foi profundamente renovado deixando de incorporar membros do Governo e dando prioridade aos dois combates que temos que enfrentar – as eleições legislativas regionais dos Açores e as eleições autárquicas. Esta é primeira vez que o PS assume a sua linha de rumo em autonomia com a governação, que determina a sua vida diária sem a implicação das agendas dos protagonistas políticos que encarnam os negócios do Estado. Em segundo lugar, os órgãos políticos sustentam um equilíbrio entre gerações, visões políticas divergentes e, até, proveniências profissionais que não se limitam à coisa política diária. Este é um salto de gigante que marca o funcionamento dos grandes partidos. O PS é, aqui, mais uma vez, um partido pioneiro. Em terceiro lugar, a compatibilização de opções estratégicas numa única lista para a Comissão Política. É sabido que há leituras diferentes do caminho que já seguimos e do que deveremos seguir dentro do universo de apoiantes pessoais e políticos de António Costa e é conhecida a realidade de uma minoria que, tendo ido a votos, tem um peso específico no PS de hoje. Uma Comissão Política plural é uma vantagem para um partido sadio.

Mas neste tempo de eleições importa uma referência especial. A diretora do "Acção Socialista" viu o seu mandato renovado. Trata-se de uma decisão justa sob o ponto de vista político, mas e principalmente, uma decisão justa sob o ponto de vista pessoal. Se o nosso órgão de comunicação partidário é uma referência europeia deve-se à Edite Estrela e à sua equipa. Pela nossa parte só podemos agradecer a paciência que tem tido em ponderar as nossas visões do mundo que, por vezes, assumem um olhar desconfiado da linha oficial. ■



JORGE FERREIRA

O PAÍS VAI SER CAPAZ DE CUMPRIR A ESPERANÇA

O anúncio de um conjunto de medidas governativas, como um novo programa de educação para adultos e uma nova prestação social para cidadãos com deficiência, foi feito por António Costa no encerramento do 21.º Congresso Nacional, onde elogiou o ministro da Educação pela defesa da escola pública e coragem para enfrentar os lóbis.



JORGE FERREIRA

NUM DISCURSO em que fez questão de salientar o seu lado otimista mas que conhece as dificuldades do país, o Secretário-geral do PS afirmou ter “confiança que com as políticas certas é possível obter os resultados desejados”. Segundo sublinhou António Costa, “o país vai ser capaz de vencer a crise se tiver a capacidade em manter firme um rumo no médio e longo prazo, se for capaz de assegurar estabilidade política para executar um programa de recuperação económica e ainda se for capaz de um

diálogo político e social”. Na sua intervenção, o líder do PS anunciou a criação do programa “Qualifica”, destinado à qualificação de adultos, que “não será uma bandeira de ninguém, mas uma bandeira de todos”. Neste domínio, António Costa lembrou que entre os 25 e os 64 anos cerca de 55% dos cidadãos não completaram o ensino secundário, o que constitui “o maior défice do país” e entrava qualquer aumento significativo da competitividade do país. Depois de anunciar manuais escolares gratuitos para quem ini-

ciar o 1.º ciclo do ensino a partir do próximo ano letivo, financiados pelos cortes nos contratos de associação com as escolas privadas, o líder socialista do executivo afirmou: “É por isso que temos um ministro que tem a coragem de enfrentar os lóbis e dizer que o dinheiro tem de ser bem gerido e deve ser aplicado onde é necessário”.

Enfrentar os lóbis

A propósito, lembrou o que se passou com António Arnaut, então ministro dos Assuntos Sociais de um Governo de Mário

Soares, quando avançou com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 1978.

Mais descentralização

“Acho graça, porque às vezes ouço dizer que o PS está num desvio radical e esquerdista, quase querendo competir com o Bloco de Esquerda. Mas, como já ando aqui há muitos anos e sempre fui um moderado social-democrata, recordo-me sempre que tudo aquilo que ouço agora dizer sobre Tiago Brandão Rodrigues não é sequer metade do que disseram quando Antó-

nio Arnaut lançou o SNS”, disse. No seu discurso de cerca de uma hora, António Costa falou ainda de outro “compromisso fundamental” para a coesão e desenvolvimento do país, a descentralização”, que classificou como “pedra angular do Estado. Nesse sentido, defendeu o reforço das competências dos municípios e freguesias, a eleição direta dos presidentes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ainda que os presidentes das CCDR passem a ser eleitos pelos autarcas da respetiva região. ■

O NOSSO MANDATO SÃO OS COMPROMISSOS HONRADOS COM OS PORTUGUESES

O Secretário-geral do PS, no discurso de abertura do 21.º Congresso Nacional, reafirmou que o mandato dos socialistas são os compromissos honrados com os portugueses, anunciando a aprovação do Fundo de Reabilitação Urbana pelo próximo Conselho de Ministros, que visa combater o desemprego e dinamizar a economia.

NA SUA INTERVENÇÃO, António Costa fez questão de lembrar que os portugueses não deram aos socialistas a maioria que foi pedida. Mas, sublinhou, “não tínhamos o direito de negar aos portugueses a clara maioria de mudança expressa nas urnas”. Evidenciou também as consequências que haveria para o PS caso optasse por viabilizar um Governo PSD/CDS. “A única forma libertar o PS de ser um refém da direita era o PS dizer com toda a clareza que governávamos nas condições que

os portugueses nos dessem, ou com maioria, ou com entendimentos com outras forças se tal fosse necessário. Um PS capturado ou refém da direita é partido que não cumpre a sua missão histórica em Portugal - e a nossa missão histórica é assegurar aos portugueses que há uma alternativa à governação da direita”, defendeu. “Agora, o que não aceitamos é que quando a direita não tem maioria a função do PS seja dar-lhe aquele bocadinho de votos que não teve, ficando assim com

uma maioria que os portugueses lhe recusaram. Não tínhamos o direito de recusar aos portugueses a hipótese de construirmos a maioria alternativa”, reforçou. O líder socialista salientou o bom entendimento que tem marcado as relações do PS com o BE, o PCP e os Verdes na construção da maioria parlamentar de esquerda que apoia a atual solução governativa do país, defendendo que o conjunto de acordos com as restantes forças de esquerda assenta “numa total transparência” e “no respeito pela identida-

de” de cada força política. Os seis meses de Governo, apontou António Costa, já demonstraram que é possível aprovar medidas que não penalizam as

“Não tínhamos o direito de negar aos portugueses a clara maioria de mudança expressa nas urnas”.

ANTÓNIO COSTA

de cada força política. Os seis meses de Governo, apontou António Costa, já demonstraram que é possível aprovar medidas que não penalizam as pessoas e que a alternativa à política dos últimos quatro anos é uma realidade. Recordou, neste sentido, o vasto rol de medidas que devolveram rendimentos aos trabalhadores e pensionistas, melhoraram várias medidas de proteção social, o aumento do salário mínimo, as alterações ao IRS e ao IVA, para além de outras medidas como a revogação das alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez e do controlo da TAP e a passagem para a esfera pública dos transportes de Lisboa e Porto. ■

PORTUGAL NÃO PODE ESTAR NUMA POSIÇÃO DE SUBMISSÃO NA EUROPA

O Secretário-geral do PS defendeu uma postura leal e construtiva na Europa, sem embarcar em bravatas nem estar numa posição de submissão, frisando ainda que é preciso “dizer basta à deriva neoliberal” na União Europeia (UE).

“**BEM SEI** que por vezes é difícil ser socialista no quadro da União Europeia, mas há uma coisa sobre a qual não tenho a menor das dúvidas: é que fora do quadro da União Europeia é impossível ser socialista”, afirmou António Costa, que dedicou grande parte do seu discurso de encerramento do 21.º Congresso do PS aos desafios que se colocam a Portugal no quadro europeu. Segundo sublinhou o líder do PS, só através da União Europeia se pode fazer face aos

grandes desafios que se colocam à Humanidade e ao desenvolvimento de Portugal. E isto porque, defendeu, “não é possível regular as alterações climáticas, regular o comércio internacional, combater o terrorismo, procurar ter um sistema de justiça fiscal que não seja assente nas “offshores” e no “dumping” fiscal se não tivermos União Europeia a sério, forte, e com a participação de Portugal”. António Costa defendeu que Portugal só pode “estar de uma forma leal e construtiva sem

embarcar em bravatas nem estar numa posição de submissão. Nós somos iguais entre iguais”, afirmou António Costa. “Sou o primeiro a concordar que a França é a França. E Portugal é Portugal”, disse, acrescentando que o país está na primeira linha do combate ao terrorismo e da defesa do digno acolhimento aos refugiados.

Sanções seriam injustas e imorais

Sobre a possibilidade de a União Europeia aplicar sanções a Por-



JORGE FERREIRA

tugal por défice excessivo, o líder do PS considerou que seria “absurdo, injusto e imoral” as instituições europeias, depois de “tanto elogiarem as políticas do anterior Governo, pretendem agora castigar as políticas antes seguidas”. Nesse sentido, apelou para que seja aprovada por todas as forças políticas a resolução anun-

ciada pelo PS no Parlamento sobre essa matéria. António Costa, que ao longo do seu discurso teceu fortes críticas ao rumo da Europa, nomeadamente à sua deriva neoliberal, sustentou que “é afirmando uma alternativa e não capitulando perante o neoliberalismo” que se defende a União Europeia. ■

GOVERNO PORTUGUÊS É EXEMPLO PARA TODOS OS SOCIALISTAS EUROPEUS

O presidente do Partido Socialista Europeu (PSE), Sergei Stanishev, levou ao Congresso do PS a defesa “de uma Europa baseada na solidariedade”, considerando que o Governo liderado por António Costa em Portugal “é um exemplo muito importante para todos os socialistas europeus”.

“**SÓ PODEMOS** virar a página da austeridade se liderarmos as forças progressistas nos nossos países e na Europa. Sei que não tem sido fácil, que há razões históricas. Mas tens provado que outro caminho é possível”, afirmou o líder dos socialistas europeus, dirigindo-se a António Costa.

E referindo-se à solução de Governo liderada pelo PS em Portugal, sublinhou que se trata de “um teste muito importante e um sinal de esperança para todos”, sublinhou. Intervindo perante os congressistas, no sábado, Stanishev fez também um apelo à união dos socialistas europeus contra a eventual aplicação de sanções a Portugal. “Quando Portugal está ameaçado de sanções pelas instituições europeias, todos nós, socialistas, devemos dizer que nos opomos fortemente e que não



JORGE FERREIRA

deixaremos que se façam jogos políticos à custa do Governo português e do povo português. Já tivemos austeridade suficiente. Esta deve ser a nossa posição comum enquanto socialistas europeus”, afirmou. Stanishev fez ainda a defesa firme de uma Europa baseada na solidariedade. “A solidariedade é tão necessária hoje, não uma Europa em que algumas instituições e países punem outros. Não uma Europa de competição in-

terna, mas uma Europa que cria oportunidades”, sustentou. Na sua intervenção, o presidente do PSE garantiu solidariedade aos socialistas portugueses e incentivou António Costa a não desistir do combate. “Nós estaremos convosco, ombro a ombro, neste caminho difícil. E eu tenho um pedido muito forte para te fazer: não desistas, por favor, não desistas, continua a trabalhar porque Portugal pode ser um bom exemplo”, afirmou. ■

MARTIN SCHULZ CONTRA EVENTUAIS SANÇÕES A PORTUGAL

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Martin Schulz, reiterou a sua oposição contra a eventual aplicação de sanções a Portugal por parte da Comissão Europeia, numa intervenção onde classificou o 21.º Congresso do PS como “uma das mais importantes reuniões da Europa”.

“**SABEM QUE** costumo ser muito direto: sou contra as sanções a Portugal, claro e simples. Sei que o Governo português está a negociar com a Comissão e internamente no país e tenho a certeza de que haverá uma solução muito construtiva”, disse, defendendo que os sacrifícios que os portugueses fizeram têm de ser um fator a ter em conta na análise desta matéria.

Schulz, apresentado pelo presidente do PS, Carlos César, como “um amigo de Portugal”, considerou que o Congresso dos socialistas “é uma das mais importantes reuniões da Europa”. “O Partido Socialista governa o país e dá esperança a todos os partidos socialistas na Europa e é do que precisamos na União Europeia”, sublinhou. Na sua intervenção, o



JORGE FERREIRA

presidente do PE defendeu uma maior solidariedade entre os países da zona euro e disse ter “uma certa compreensão” pelos cidadãos que atualmente duvidam da justiça da União Europeia. O socialista alemão condenou a atual situação em que “especuladores fazem biliões de lucros e não pagam impostos, mas quando enfrentam

perdas os contribuintes têm de pagar por eles, isto não é a União Europeia”. Para o presidente do Parlamento Europeu, um dos maiores objetivos da União Europeia terá de ser uma política fiscal comum e pediu maior solidariedade a nível global em relação aos desafios como os refugiados, alterações climáticas e terrorismo. ■

CUMPRIR A ALTERNATIVA E CONSOLIDAR A ESPERANÇA

Os verdadeiros adversários políticos do PS são os partidos que foram responsáveis pelo interminável período em que os portugueses foram subjugados à ditadura da austeridade, afirmou a Secretária-geral adjunta socialista, Ana Catarina Mendes, no 21.º Congresso Nacional.

FOI A “DIREITA austeritária” defensora dos caminhos neoliberais, “as forças conservadoras e os novos populismos da direita” que facilitaram a formação da denominada “geringonça”, defendeu Ana Catarina Mendes, aplaudindo o trabalho que PS, BE, PCP e PEV estão a fazer em prol de Portugal.

Subscrevendo as palavras de António Costa, que no último Congresso defendeu que “quem pensar como a direita acaba a governar como a direita”, tese que a vice-presidente da bancada parlamentar do PS disse apoiar, aproveitou para louvar o

trabalho realizado pelo Governo socialista que, garantiu, “está para durar”.

E está para durar, como afirmou, porque é hoje muito claro para a grande maioria dos portugueses que o PS “não pensa nem age politicamente como a direita”, nem pode ser acusado de “ter perdido a sua identidade” e os valores que sempre foram os seus, ou seja, sustentou Ana Catarina Mendes, o PS continua fiel ao “socialismo e à esquerda democrática”.

A dirigente do PS falava na apresentação da moção de estratégia global do Secretário-geral,



JORGE FERREIRA

António Costa, “Cumprir a Alternativa, Consolidar a Esperança”, aprovada por larga maioria dos delegados, tendo na ocasião elogiado a sua “coragem e ousadia” por dizer não ao arco da governação e sim “ao virar de página da austeridade”.

Reconhecendo que “nem todos” dentro do próprio partido subscreveram a solução política encontrada para a formação da atual maioria governativa, o que prova, segundo Ana Catarina Mendes, que o PS é um “grande

partido plural e sem medo” e que sabe aceitar as críticas e “convidar para dentro das suas portas” as pessoas que podem contribuir para “melhorar a nossa solução”, numa referência clara à participação neste 21.º Congresso Nacional, entre outros, de Ana Drago, ex-BE e fundadora do Livre e de José Pacheco Pereira, histórico militante do PSD.

Para a dirigente socialista, “mesmo contra muitas expectativas”, a “geringonça está cá e funciona”, e vai continuar a trabalhar

“para melhorar a qualidade de vida dos portugueses”, honrando os acordos que celebrou com os partidos à sua esquerda e cumprir os compromissos que estabeleceu com Bruxelas.

Ana Catarina Mendes rendeu ainda homenagem aos históricos dirigentes socialistas falecidos recentemente, António Almeida Santos e Maria Barroso, garantindo que o PS continua fiel aos princípios políticos herdados e protagonizados por tão distintos militantes. ■

UM GOVERNO QUE CUMPRE

POR SUA VEZ, o eurodeputado Pedro Silva Pereira, a quem coube a última intervenção em defesa da moção do Secretário-geral, afirmou que António Costa surgiu neste Congresso como um líder que está a cumprir e a honrar a palavra que deu aos portugueses, elogiando o “combate que trava em Portugal” e o “grande contribu-

to que está a dar para salvar o projeto europeu”.

Depois de enaltecer o “acordo à esquerda”, garantindo tratar-se da “melhor solução para Portugal”, por corresponder “à vontade de mudança manifestada” pelos portugueses nas últimas eleições legislativas, Pedro Silva Pereira respondeu às críticas da direita e de alguns analistas,



JORGE FERREIRA

quando afirmam que havia uma alternativa de Governo, pretexto para o eurodeputado afirmar que “alternativa havia, mas era muito pior”.

Uma alternativa, como sustentou, que passava pela viabilização de um Governo da direita pelo PS, com todas as consequências que acarretaria de “subalternização dos socialistas” no Parlamento, considerando que a solução encontrada é “mil vezes melhor”, pois os acordos estabelecidos à esquerda “não geram reféns, mas parceiros”. ■

ABRIR O PS AOS SIMPATIZANTES

PRIMEIRO SUBSCRITOR da moção “Resgatar a Democracia”, Daniel Adrião foi ao conclave socialista propor a realização de eleições primárias abertas a simpatizantes e alargadas a outros cargos no partido, tendo ainda defendido uma reforma de representação política com a “in-

trodução dos círculos uninominais e a limitação do número de mandatos dos deputados”.

Depois de elogiar os antigos líderes socialistas, e a “obra por todos deixada” em democracia, e de garantir que a apresentação da moção de que foi o primeiro subscritor nunca pretendeu “re-



JORGE FERREIRA

fletir um movimento de oposição interna”, Daniel Adrião fez questão de alertar para o que classificou ser o afastamento dos cidadãos da política e dos partidos. Lembrou que “quando 50% cento dos eleitores não votam e os deputados da Assembleia da República representam menos de metade do eleitorado”, é altura, disse, “de as bases terem poder para resgatarem o poder à nova oligarquia que se apoderou dos partidos”. ■

ORADORES
ANA DRAGO
PACHECO PEREIRA
PEDRO SILVA PEREIRA

MODERADOR
NICOLAU SANTOS



TEMOS PODERES NA UNIÃO EUROPEIA E TEMOS QUE OS EXERCER

Perentório, José Pacheco Pereira foi ao Congresso do PS afirmar que ou os partidos socialistas e sociais-democratas europeus conseguem reverter e alterar o Tratado Orçamental ou estão condenados à irrelevância. Na opinião do professor universitário, é necessário ter voz crítica na Europa: “Temos poderes na União Europeia e temos que os exercer”.

DEFENDENDO que o Tratado Orçamental foi feito para “criminalizar o socialismo e a social-democracia”, Pacheco Pereira afirmou não ter dúvidas de que a ideia de socialismo não existe nem mesmo no projeto político do PS, e “muito menos neste neo-PSD” que, segundo afirmou, “há muito que abandonou qualquer ideia ou princípio que se possa assemelhar a políticas sociais-democráticas”.

No PS, salientou, existem hoje, indiscutivelmente, com o Governo de António Costa, políticas de centro-esquerda, designadamente através de medidas que apontam para a reversão de políticas assumidas pela anterior maioria, “consegui mesmo já recentrar as políticas”:

No entanto, frisou, depara-se com esse facto intransponível de ter assinado e “aceitado as regras do Tratado Orçamental” que o impede de avançar com políticas que sejam verdadeiramente de cariz socialista.

Para Pacheco Pereira, o Tratado Orçamental mais não representa do que uma barreira e um obstáculo “às políticas tradicionais de socialistas e sociais-democratas”.

Tratado Orçamental é obstáculo às políticas socialistas

Lembra a propósito os enormes obstáculos que o Governo do PS enfrentou assim que apresentou em Bruxelas um programa de valorização dos rendimentos dos trabalhadores e de aumento do seu poder de compra, tendo-se deparado, de imediato, com a “exigência dos burocratas de Bruxelas com a obrigação do Executivo português de aumentar os impostos”.

Para o ex-dirigente do PSD, o que isto vem provar é que nem o Parlamento nem o Governo português “têm autonomia” ou capacidade política para enfrentar os burocratas da União Europeia e decidir os assuntos orçamentais que “só a nós dizem respeito”.

Mas se este cenário não fosse já “muito criticável”, segundo Pacheco Pereira, então o que dizer da anterior maioria de direita que decidiu mexer e alterar de forma radical um conjunto vasto de políticas que estavam na base do percurso da democracia portuguesa, tendo-o feito “sem consultar ninguém” e em “cumplidade com os burocratas de Bruxelas”, dando como exemplo o que se passou em relação ao chamado caso Banif.

Pacheco Pereira referiu-se ainda ao papel das empresas portuguesas, defendendo que o verdadeiro problema que enfrentam não é o da luta dos trabalhadores por melhores salários, “mas da má gestão de que têm sido vítimas”, lembrando que a desigualdade é o que separa as águas, não só em Portugal, mas na Europa, entre os que aceitam as desigualdades como uma inevitabilidade e os que não a aceitam.

Olhar para a centralidade do Estado

Também a ex-deputada do BE

Ana Drago interveio neste debate, para lembrar que o “socialismo democrático nasceu como contraponto ao comunismo”, sustentando que interessa hoje analisar, numa Europa dominada por políticas “cada vez mais radicalizadas à direita”, que contributo é que o socialismo democrático é ainda capaz de dar para consolidar a democracia e fazer frente à ideologia dominante na União Europeia, protagonizada por uma direita radical, que tem vindo a inverter “paulatinamente” o legado deixado pelo socialismo democrático. Para Ana Drago, importa saber que benefícios podem ainda os trabalhadores e a classe média europeia esperar das propostas políticas dos partidos socialistas e sociais-democráticos e que espaço ainda dispõem hoje para imporem os seus princípios políticos, manifestando apreensão em relação ao futuro da Europa, dominada por políticas “pouco ou nada interessadas nos valores

da social-democracia e do socialismo democrático”, Segundo Ana Drago, o socialismo democrático está hoje “refém das políticas neoliberais que dominam a Europa”, uma política que, garante, é dominada por uma direita extremamente agressiva, sendo que a questão que se coloca, como referiu, é saber que respostas os partidos socialistas e sociais-democratas serão efetivamente capazes de desenvolver para responderem às “verdadeiras ambições e necessidades das populações”.

Ana Drago criticou ainda o imbróglio em que a UE se deixou envolver, “com a complacência da esquerda europeia” onde predominam as sucessivas “negociações e renegociações” sem se chegar a parte nenhuma, apelando ao PS e aos partidos sociais-democratas europeus para voltarem a olhar para a “centralidade do Estado e para as políticas de emprego e para a economia”. ■

É PRECISO DEVOLVER À EUROPA UM PROJETO DE CONVERGÊNCIA

A resposta política que o socialismo democrático representa na Europa tem vindo a perder identidade, advertiu o eurodeputado socialista Pedro Silva Pereira, defendendo que é no terreno das políticas europeias que esse combate deve ser travado.

INTERVINDO no debate “Esquerda Democrática: Que Futuro?”, que reuniu José Pacheco Pereira e Ana Drago, no âmbito dos trabalhos do 21.º Congresso do PS, Pedro Silva Pereira salientou que os partidos socialistas têm ainda “uma posição influente” no quadro europeu, traduzida numa representação de cerca de 25% dos deputados no Parlamento Europeu – o que compara com 28%, uma descida ligeira, em relação às eleições de 1999 – e na presença em 12

governos europeus, rejeitando uma leitura simplista de que haja um recuo do socialismo democrático em toda a Europa. Assume, no entanto, que “a resposta política que o socialismo democrático representa tem vindo a perder identidade”, o que se traduz por respostas bastante diferentes dentro das famílias socialista e social-democrata aos desafios atuais de uma ideia de insegurança por parte dos cidadãos em relação a questões como as fronteiras

internas, o mercado de trabalho ou as políticas económicas e sociais.

A resposta a esses desafios, sustenta Pedro Silva Pereira, implica, da parte dos partidos socialistas, “consciência da sua identidade e valores”, assim como “uma interpretação correta da questão social”.

“O terreno do combate do socialismo democrático é o terreno das políticas europeias”, afirmou. Um combate por uma outra política orçamental que

deixe espaço “para o crescimento e para a dinamização do emprego, e que corrija as assimetrias que se agravaram nos últimos anos”.

“Não acompanho a ideia de que não há socialismo no programa do PS. Pode dizer-se que a devolução de rendimentos podia ser feita por outros, podia, mas os outros não a fizeram”, argumentou.

Pedro Silva Pereira voltou a sublinhar que é no quadro europeu que o PS deve travar o comba-

te necessário para reafirmar um projeto europeu fiel aos seus valores identitários e “construir as alianças para a mudança que a Europa precisa de fazer”.

“A inversão da relação de forças no quadro europeu” para que essa mudança possa ser concretizada “é o combate, o desafio e o projeto do PS”, reforçou o eurodeputado socialista. “Precisamos de devolver à Europa a ambição de um projeto de convergência e prosperidade”, defendeu. ■



JORGE FERREIRA



JORGE FERREIRA

ANTÓNIO ARNAUT PRESIDENTE HONORÁRIO

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, António Costa, propôs que António Arnaut seja o próximo presidente honorário do PS. O anúncio, feito na intervenção de abertura do 21.º Congresso Nacional, mereceu um longo aplauso dos congressistas.

António Costa lamentou ainda o desaparecimento recente de António de Almeida Santos, presidente honorário socialista durante vários anos, e dos fundadores do partido Maria de Jesus Barroso e Pedro Coelho.

Um dos fundadores do Partido Socialista, António Arnaut exerceu o cargo de ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional, tendo sido o autor da lei que criou o Serviço Nacional de Saúde, em 1979.

É por isso unanimemente reconhecido como o “pai” do Serviço Nacional de Saúde, uma das maiores conquistas de Abril. ■

GUTERRES REGRESSA A UM CONGRESSO DO PS 16 ANOS DEPOIS

Presença marcante no 21.º Congresso, o antigo Secretário-geral António Guterres foi calorosamente saudado e aplaudido de pé, no segundo dia de trabalhos, ao dirigir-se ao palco da reunião magna socialista, acompanhado por António Costa e Ana Catarina Mendes.

“**NÃO PODEM** imaginar as saudades que tinha de aqui estar”, disse o antigo líder socialista, que não comparecia a um Congresso do PS desde 2000, ao dirigir-se aos congressistas. “Durante largo número de anos as funções que desempenhei nas Nações Unidas não me permitiam estar convosco e corro o risco, se as coisas correrem bem, de o mesmo vir a suceder no futuro”, disse, numa referência bem humorada à sua presente candidatura ao cargo de Secretário-geral da ONU.

Nas breves palavras dirigidas ao Congresso, António Guterres manifestou a sua “solidariedade neste momento fundamental para a vida do nosso partido e do nosso país” e desejou “a António Costa, ao PS e a Portugal os maiores êxitos nos anos que se aproximam”, voltando a ser fortemente



JORGE FERREIRA

aplaudido.

A entrada de António Guterres no palco foi anunciada pelo presidente do partido, Carlos César, que disse fazê-lo “com grande alegria e grande emo-

ção”. “Há sempre pessoas das quais temos saudades de partilhar momentos como aquele que vivemos neste Congresso Nacional”, afirmou o presidente socialista. ■

SAIBA COMO FUNCIONARÁ A NOVA ESTRUTURA DA CGD

O GOVERNO está a conduzir um plano de reestruturação da governação da Caixa Geral de Depósitos (CGD), preparando o banco do Estado para os desafios de competitividade e concorrência que enfrenta, mantendo-o integralmente na esfera pública e ao serviço da economia nacional, mas dotando-o, ao mesmo tempo, de uma estrutura de capital adequada e de ferramentas de gestão idênticas às dos seus concorrentes.

Com este objetivo, a nova estrutura de governação proposta para a CGD irá reforçar o número de administradores não executivos, visando assegurar o reforço dos indispensáveis mecanismos de controlo internos, mas mantendo um número de administradores executivos idêntico ao que se observa nas instituições de crédito de dimensão equivalente em Portugal. Ainda assim, o Conselho de Administração da CGD terá um número total de administradores inferior, comparando com bancos de menor dimensão em Portugal. Esclareça todas as dúvidas sobre a estrutura de governação proposta para a CGD, bem como sobre a nova proposta de remunerações, quer para o Conselho de Administração, como para os trabalhadores:

Qual é a atual estrutura de governação da CGD?

O Conselho de Administração (CA) é composto por 14 membros, dos quais 6 integram a comissão executiva e 8 são administradores não executivos. Dos 8 administradores não executivos, 3 compõem a Comissão de Auditoria. Os restantes membros do CA integram outras comissões.

Para além do presidente do CA, atualmente existe ainda um presidente da comissão executiva.

Qual a nova estrutura proposta para a CGD?

O CA terá 19 membros, dos quais 7 integram a comissão executiva e 12 serão administradores não executivos.

O presidente do CA será o presidente da comissão executiva.

Os administradores não executivos são em número suficiente para comporem a comissão de auditoria, a comissão de estratégia, a comissão de risco e a comissão de nomeações e remunerações.

Como compara a nova estrutura proposta para a CGD com a das instituições de crédito de dimensão equivalente em Portugal?

O BPI tem 23 membros no seu Conselho de Admi-

nistração, dos quais 7 integram a comissão executiva e 16 são administradores não executivos, os quais compõem a comissão de auditoria, o comité de nomeações, o comité de remunerações e o comité de riscos.

O BCP tem 20 membros no seu Conselho de Administração, dos quais 7 integram a comissão executiva e 13 são administradores não executivos, os quais compõem o comité de remunerações e o comité de riscos.

Assim, o Conselho de Administração da CGD será menor do que o de bancos de menor dimensão em Portugal.

Porque terá a CGD tantos administradores não executivos?

Os administradores não executivos exercem funções de controlo da atividade da comissão executiva. Assim, é essencial que estejam em maior número do que os membros da comissão executiva no CA, de modo a poderem assegurar as maiorias necessárias ao exercício efetivo desse controlo. No atual modelo de governação, bastava um administrador não executivo apoiar uma decisão da comissão executiva para se gerar um empate.

Os administradores não executivos têm de ser em número suficiente para comporem as diversas comissões, as quais exercem importantes funções independentes de controlo e fiscalização da atividade da comissão executiva e dos seus membros.

Como será fixada a remuneração dos administradores da CGD após a entrada em vigor da alteração aprovada pelo Governo?

Através da comissão de remunerações, à semelhança do que hoje existe nos bancos privados.

Qual o valor da remuneração que será aplicado aos administradores da CGD?

Na fixação dos salários dos administradores da CGD, a comissão de remunerações terá em conta, entre outros fatores, a prática existente no setor em que a CGD concorre. Hoje em dia a remuneração de todos os membros do CA da CGD é determinada pelo salário auferido nos três anos anterior à entrada para a CGD (atualizado pelo IPC).

Há algum limite para a remuneração dos administradores?

Os limites serão fixados pela comissão de remunera-

ções, sempre sob orientação do acionista Estado. Hoje em dia não existe nenhum limite para a remuneração do CA da CGD. A regra segundo a qual os seus membros podem auferir a média dos últimos três anos tem essa consequência.

Porque é que foram eliminados os limites à remuneração que existiam?

Não existiam limites à remuneração, uma vez que os administradores podiam optar pelo vencimento correspondente à média da remuneração auferida nos três anos anteriores à sua entrada em funções na administração da CGD (vencimento de origem). Assim, os administradores eram remunerados pelas funções que tinham exercido no passado e não pelas funções que estavam a exercer no presente. Aliás, na atual comissão executiva todos os administradores optaram pelo vencimento de origem.

Isto gerava situações bastante problemáticas em termos de esquema de incentivos. Por exemplo, o vice-presidente da CGD ganha hoje menos do que todos os vogais do CA. Esta situação é incompatível com uma gestão eficaz da CGD.

A componente variável das remunerações terá em conta objetivos de gestão?

Caberá à comissão de remunerações definir a componente variável das remunerações, de acordo com os objetivos de gestão estabelecidos pelo acionista Estado. No entanto, esta componente terá limites muito claros e dependentes da remuneração total.

A remuneração dos trabalhadores também será revista?

Um dos objetivos deste Governo é a reposição de rendimentos dos trabalhadores. Ainda este ano se completará o processo de reposição dos cortes salariais na Administração Pública que vigoram desde 2010. É verdade que os trabalhadores da CGD, como trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, estiveram também eles sujeitos a um conjunto de restrições, embora diferentes das aplicáveis aos restantes trabalhadores do Sector Público. O objetivo face aos trabalhadores é que tenham um tratamento em termos de remunerações e de carreiras idêntico ao que é o do restante sector bancário em Portugal. Esta prática é reconhecida no Acordo de Empresa e em alguns dos benefícios atribuídos a esses trabalhadores hoje em dia. ■



DEBATE QUINZENAL **CGD SERÁ RECAPITALIZADA E AO SERVIÇO DA ECONOMIA NACIONAL**

A reestruturação e recapitalização da Caixa Geral de Depósitos foi o tema principal que foi levado no dia 15 de junho ao Parlamento no debate quinzenal, com o primeiro-ministro, António Costa, a garantir que o Governo quer a Caixa “100% pública, 100% do Estado e 100% capitalizada”.

O PRIMEIRO-MINISTRO sustentou na Assembleia da República, em resposta às questões colocadas pelo líder do PCP, que o único objetivo que o Governo tem para a Caixa

Geral de Depósitos é que esta instituição financeira seja totalmente pública porque só desta forma, defendeu António Costa, é que o “banco cumpre a sua missão de financiar a



JORGE FERREIRA

economia”. Anunciando que o Governo tem uma ideia clara sobre o programa de recapitalização da CGD, resguardando-se contudo para o não ter anunciado no Parla-

mento, por estar ainda em negociações com Bruxelas, admitindo que as conversações “têm estado a correr bem”. António Costa não deixou também de mencionar que em

cima da mesa estão matérias tão importantes como as necessidades de reforço do capital do banco e de capital para investimento para além das sensíveis necessidades da CGD para fazer face às imparidades, problemática que o primeiro-ministro lembrou que “não vale a pena fingir que não existe”, defendendo que é necessário libertar o banco das imparidades para “financiar as empresas e a economia”. Quanto à decisão anunciada pelo PSD de querer constituir uma comissão parlamentar de inquérito sobre a Caixa Geral de Depósitos, António Costa ironizou afirmando que “mais vale tarde do que nunca”, lembrando que se durante quatro anos e meio em que o PSD e o CDS estiveram no Governo não conseguiram apurar o que se passava na Caixa, então “mais vale agora que tentem com a comissão de inquérito”. ■

PROPOSTA “IRRESPONSÁVEL” DA DIREITA

A recapitalização da Caixa Geral de Depósitos é um projeto nacional e não partidário e a sua função prioritária é estar ao serviço da economia portuguesa, defendeu no Parlamento, no final do debate quinzenal com o primeiro-ministro, o presidente do PS, Carlos César, garantindo que os socialistas votarão contra a constituição da comissão de inquérito à CGD anunciada pela direita.

PARA o também líder da bancada do PS, o anúncio de que a direita quer avançar com uma comissão de inquérito ao banco público, numa altura, como sublinhou, em que “corre um

processo de reestruturação e de recapitalização” da CGD, constitui uma atitude “grave”, lamentando que um banco com a dimensão e as responsabilidades que a Caixa



JORGE FERREIRA

tem no mercado, possa agora ser sujeita a “uma devassa pública”. Segundo Carlos César, caso

a comissão de inquérito proposta pela direita vá mesmo em frente, o banco público, segundo o líder parlamentar

socialista, ficará aberto ao “voyeurismo” dos outros bancos nacionais e estrangeiros, o que para o PS, defendeu, constitui uma “perplexidade e uma enorme irresponsabilidade”. Carlos César não deixou contudo de garantir que, pela parte do grupo parlamentar do PS, o processo de reestruturação e recapitalização da Caixa “não deixará de ser debatido no âmbito parlamentar”. “É triste e absolutamente lamentável”, disse ainda Carlos César, que o PSD insista numa postura política que consiste em fazer o que “só sabe fazer”, que é “destruir tudo quanto encontra pela frente”. ■

DESCENTRALIZAR É UMA PRIORIDADE

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS João Paulo Correia defendeu na Assembleia da República que “é preciso avançar” com a descentralização, “base de uma reforma do Estado”.

AO INTERVIR no debate quinzenal com o primeiro-ministro, o deputado sustentou que é necessário “reforçar as competências e os respetivos meios financeiros dos municípios e das freguesias, nomeadamente nos domínios da saúde, educação e ação social”, assim como assegurar “maior legitimidade democrática na ad-

ministração pública” através de eleições diretas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. As comissões de coordenação regional “só terão dimensão verdadeiramente regional quando legitimadas pelos autarcas. Sabemos que estes passos implicam alteração do quadro legislativo até ao final do ano. É um



JORGE FERREIRA

processo que aconselha consensos no Parlamento e parcerias com a Associação Nacional de Freguesias e a Associação Nacio-

nal de Municípios. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está empenhado na descentralização e pode o Governo contar

com o nosso contributo”. Já o deputado João Torres, aointervir no mesmo debate parlamentar, destacou a “maior de todas as reversões: a reversão de um país paralisado na gestão dos fundos comunitários, de braços cruzados no incentivo ao investimento, deprimido na sua vocação empreendedora, que dá hoje lugar a um Portugal mais dinâmico e mais dinamizador, sincronizado com a necessidade de gerar uma série longa de crescimento económico, promotor de emprego com direitos. Um país que não nega as suas dificuldades, mas que se permite acreditar no futuro”. ■

GOVERNO REFORÇA APOSTA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou no dia 15 de junho, num almoço com empresários da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, em Lisboa, que dedicará as próximas semanas a reunir com as principais empresas exportadoras de Portugal para estudar formas de aumentar o grau de internacionalização da economia.

LEMBRANDO que, logo no início do mandato do Governo, foi criada uma unidade de missão para a capitalização de empresas, o primeiro-ministro acrescentou que esta entidade irá apresentar à respetiva comissão de acompanhamento o relatório final do seu trabalho. "Neste relatório final, há uma panóplia vasta de medidas que vão

desde a fiscalidade à agilização do mercado de capitais", apresentando uma série de ações para "responder de forma positiva às necessidades das empresas, dando-lhe melhores condições de reforço de níveis de capitais próprios", explicou António Costa. Além do programa Simplex+ para a modernização do Estado e dos



programas Indústria 4.0 e Startup Portugal, o primeiro-ministro anunciou também que se realizará em setembro um Conselho de Ministros temático sobre justiça económica. Nesta reunião, adiantou, "será aprovado um conjunto de propostas vindo da unidade de missão para a capitalização de empresas

em matérias de insolvências e de transmissão de partes de capital". O primeiro-ministro referiu-se ainda ao atual quadro macroeconómico do país, reafirmando que "todas as instituições internacionais preveem um défice em 2016 abaixo dos 3%. Face aos dados da execução orçamental, já com quase cinco meses de aplicação,

estamos em linha com os objetivos fixados pelo Governo". António Costa mostrou-se ainda satisfeito com o comportamento relativamente ao IVA, IRS e IRC e relativamente à execução orçamental no seu conjunto afirmou que, "por tudo isto, há uma folga relativa, face às previsões da Comissão Europeia". ■

INOVAÇÃO É A CHAVE PARA RELANÇAR A ECONOMIA PORTUGUESA

A inovação é uma prioridade nacional e um desafio incontornável, defendeu hoje o primeiro-ministro em Lisboa, na entrega dos Prémios Europeus do Inventor, garantindo que a capital portuguesa é uma cidade voltada para a inovação e para o conhecimento.

PARA que Portugal possa recuperar da estagnação a que a sua economia foi sujeita e recuperar as décadas perdidas, a inovação, designadamente em ter-

mos tecnológicos, surge, a nível nacional, como um "desafio incontornável" para que o país possa recuperar a sua economia e estimular o investimento,

defendeu o primeiro-ministro, em Lisboa, na 11.ª edição da entrega dos Prémios Europeus do Inventor. Perante uma plateia de mais de 600 pessoas, incluindo o comissário europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, e de investigadores, cientistas e representantes de outros Estados-membros da União Europeia, António Costa alertou que o tempo é curto para "recuperar as muitas décadas que desperdiçamos durante o século XX".

O primeiro-ministro defendeu, contudo, haver "boas razões" para ter confiança no futuro, onde haverá, garantiu, "mais crescimento e maior inclusão", mas também "maiores desafios" que exigem que Portugal "saiba aproveitar as oportunidades criadas". O primeiro-ministro lembrou os instrumentos que o seu Governo já aprovou, tendo em vista enfrentar os desafios que aí vêm para a economia portuguesa, tendo destacado o Plano Capacitar, destinado a me-

lhorar a articulação, através de uma rede de centros de interface tecnológico, entre pequenas e médias empresas e institutos politécnicos, e o Programa Nacional de Reformas, que foi aprovado pela Comissão Europeia e onde se define como pilar fundamental a promoção da inovação na economia, sustentado num conjunto de medidas que apontam para a resolução de alguns problemas que têm "comprometido a dinâmica de modernização do nosso tecido económico". ■

GOVERNO LANÇA PROGRAMA DE CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

O ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, anunciou no dia 16 de junho, numa conferência de imprensa, um pacote de 131 medidas para simplificar e capitalizar as empresas e incentivar o seu acesso à Bolsa, a par da criação de uma conta-corrente entre o Estado e as empresas.

PARA o titular da pasta da Economia, o objetivo deste novo pacote de medidas tem como principal prioridade "simplificar a burocracia e criar emprego", mas também reduzir a necessidade de as empresas terem como única solução de financiamento o recurso à banca. Entre as mais de cem medidas, garante Caldeira Cabral, vai ser mais fácil fazer aumentos de ca-

pital dentro das sociedades, assim como vai passar a ser mais simples criar mecanismos para alertar as empresas que estão a ficar em dificuldades, ou ainda, criar fundos de investimento para financiar diretamente as Pequenas e Médias Empresas (PME) tornando também mais acessível a sua entrada em bolsa. Outra das medidas anunciadas que o ministro da Economia ava-



lia como fundamental, refere-se à criação de uma conta-corrente entre as empresas e o Estado, uma iniciativa que vai permitir, segundo o governante, que passe a haver um acerto entre as dívidas que as empresas têm ao Estado e o que têm a receber e que apenas paguem ou recebam a diferença.

Outro dos anúncios feitos pelo ministro Caldeira Cabral diz respeito à criação de um balcão único entre a Segurança Social e a Autoridade Tributária, para que o Estado possa ter uma "única posição numa reunião de credores". **Diversificar as fontes de financiamento** Perante as muitas dificuldades

que as empresas enfrentam, nomeadamente pelos elevados níveis de dívida, problemática que incide sobretudo, como recordou o ministro da Economia, nas Pequenas e Médias empresas, "devido à falta de acesso ao financiamento bancário", o Governo quer ajudar a diversificar as fontes de financiamento, designadamente criando as Empresas de Fomento Económico, estruturas que passarão a participar no capital das PME, mas também nas de "média dimensão", que estão atualmente cotadas em bolsa. O objetivo, segundo Manuel Caldeira Cabral, é abrir novas possibilidades também às PME para que possam usufruir do acesso aos fundos europeus, como o Plano Juncker. ■

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

A defesa da Escola Pública juntou no dia 18 de junho várias dezenas de milhares de portugueses, enchendo o coração de Lisboa, numa grande manifestação de apoio ao ensino público, democrático e igual para todos.

Uma iniciativa a que se associaram vários dirigentes e deputados socialistas, entre os quais a Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, a Juventude Socialista, parlamentares e representantes de vários partidos, ativistas, movimentos associativos e sindicais, e muitos, muitos milhares de cidadãos. ■



MOVIMENTO PELA RECUPERAÇÃO DA ESCOLA ALEXANDRE HERCULANO

O PS Porto lançou um movimento pela recuperação da Escola Secundária Alexandre Herculano, que se encontra num elevado estado de degradação devido à inação do anterior Governo PSD/CDS.

O movimento, intitulado "Não deixamos cair o Alexandre!", lançou uma petição para recolher assinaturas em papel e online que serão entregues ao Governo em defesa da escola pública. A sessão pública contou com centenas de participantes e envolveu a direção da escola, professores, alunos e pais de alunos, bem como da associação de antigos alunos, deputados socialistas, autarcas do Porto (incluindo os vereadores Manuel Pizarro e Manuel Correia Fernandes) e muitas outras personalidades que se uniram em defesa desta escola histórica.

A petição pode ser assinada em www.naodeamoscairoalexandre.net ■



JORGE FERREIRA

GOVERNO QUER ACELERAR O PORTUGAL 2020

O MINISTRO-ADJUNTO, Eduardo Cabrita, afirmou que "o Governo pretende acelerar a mobilização de recursos e trabalhar com as autarquias para a reprogramação do Portugal 2020", de forma que, frisou, "os fundos comunitários cheguem às pessoas o mais depressa possível". Eduardo Cabrita, que falava em Proença-a-Nova, após a cerimónia que assinalou o Dia do Município, reiterou que "uma das prioridades do programa do Governo passa pela descentralização", que disse ser "um

pilar essencial para a reforma do Estado que falta fazer".

"O que o Governo tem feito é trabalhar com todos os sectores e também com as autarquias locais para que o Portugal 2020 possa ser agilizado", disse.

O governante afirmou ainda que "foram já lançados concursos que têm a ver com as autarquias locais, programas que envolvem cerca de mil milhões de euros de investimento dirigido, fundamentalmente, às autarquias locais, nas áreas da educação, saúde, da requalificação, do património cultural".

Eduardo Cabrita lembrou ainda que "quando chegámos ao Governo, há seis meses, o Portugal 2020 estava totalmente paralisado". ■



JORGE FERREIRA

SNS COM AÇÃO MAIS ALARGADA

O MINISTRO DA SAÚDE defendeu a necessidade de o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ter uma área de ação mais alargada para "responder às necessidades dos portugueses". Adalberto Campos Fernandes, que falava na cerimónia de inauguração da Unidade de Ambulatório do Serviço de Pneumologia do Centro Hospitalar de Leiria, sublinhou que o Serviço Nacional de Saúde "é um dos melhores exemplos" de realização

do Estado Social.

Referindo que "estamos a viver tempos muito difíceis, não apenas na governação mas também nos hospitais e nas instituições", o ministro disse que por isso se torna "muito mais exigente aquilo que cada um faz. Face à escassez de recursos, temos de investir mais no Serviço Nacional de Saúde".

Salientou ainda a necessidade de "pôr o Serviço Nacional de Saúde a fazer mais coisas, internalizando mais atividade, sendo capaz de responder por aquilo que são as necessidades dos portugueses". ■

PS CONSOLIDA RELAÇÕES COM CHINA

O presidente do PS, Carlos César, reuniu no dia 14 de junho com Guo Jinlong, membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista Chinês e secretário do Comité Municipal de Pequim, que se encontra de visita a Portugal.

"Mantemos uma proximidade regular e pró-ativa com a China e com o Partido Comunista Chinês. Hoje tivemos oportunidade de dar mais um passo importante no aprofundamento das relações bilaterais, tal como há um ano quando tive a oportunidade de visitar a China", afirmou no final do encontro Carlos César.

Há um mês uma outra delegação do PS, liderada por Ana Catarina Mendes, Secretária-geral adjunta, visitou a China, tendo participado no Fórum de Alto Nível China-Europa. Na altura, destacou as "boas relações" entre o PS e o PC Chinês e "o papel estratégico de Portugal na ligação com a Europa e com o mundo". A delegação chinesa considerou o encontro como de "grande importância" e que "aprofunda ainda mais as relações entre os dois partidos e os dois países". ■

ESPAÇO DO CIDADÃO EM PARIS

O primeiro-ministro, António Costa, presidiu no dia 19 de junho à inauguração de um Espaço do Cidadão no Consulado-Geral de Portugal, em Paris, sublinhando que este é um bom exemplo do que é a modernização do Estado e que vai aproximar o país das suas comunidades.

Na cerimónia estiveram também presentes os Secretários de Estado das Comunidades, José Luís Carneiro, da Modernização Administrativa, Graça Fonseca, e da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo.

Na ocasião, o primeiro-ministro afirmou que "hoje é dia de concretizar aquilo que é a vontade de todos: aproximarmos o país das suas comunidades, de cada um dos cinco milhões de portugueses que está disperso pela diáspora, de executar aquela vontade política de que nenhum português fora do território nacional possa sentir que é mais difícil ser português fora do que dentro de Portugal".

António Costa adiantou que "depois de Paris, o consulado que tem o maior número de portugueses sob a sua jurisdição será aquele que terá o próximo Espaço do Cidadão, que vai ser aberto em São Paulo". ■

PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE JO COX

O Partido Socialista manifestou o seu mais profundo pesar ao Partido Trabalhista do Reino Unido pelo falecimento da deputada Jo Cox, em circunstâncias trágicas e violentas, em plena campanha eleitoral para o referendo sobre a manutenção do Reino Unido na União Europeia.

AOS MEMBROS do Partido Trabalhista e a todo o povo do Reino Unido, o PS manifesta também a sua profunda solidariedade neste momento de sofrimento perante um ato de violência inexplicável e que merece a mais firme condenação e repúdio por parte do PS e de todos aqueles que acreditam nos valores fundamentais da democracia e da liberdade. A deputada Jo Cox será para sempre recordada por todos aqueles que lutam por uma sociedade mais livre e mais justa, refere ainda o comunicado oficial do Partido Socialista.

Mulheres Socialistas repudiam crime de ódio
O brutal assassinio da deputada

trabalhista mereceu igualmente o repúdio por parte do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, que recorda Jo Cox como “uma mulher de causas, uma grande humanista” e uma defensora “de uma Europa com maior diversidade e políticas de migração mais abertas”.

“Este crime apresenta contornos políticos e o ódio que a assassinou deve ser repudiado e combatido por todos e todas nós”, refere o comunicado.

“Infelizmente este não foi o primeiro caso, nem será o último. Recordamos o caso de Anna Lindh, do SPD sueco, ambas pertencentes à nossa família política. Ambas eram mulheres de causas, que lutavam por um mundo melhor,



LABOUR PARTY

contra a discriminação e o ódio que acabou por as vitimar”, assinala o texto.

Parlamento manifesta veemente condenação

Também a Assembleia da República manifestou pesar e “inequívoca e veemente condenação” pelo brutal e trágico

atentado contra a deputada britânica.

“Caso se confirmem os contornos políticos deste incidente, este ato representará um atentado contra um dos mais elementares pilares e preceitos democráticos que fundamentam todos os Estados de direito, a liberdade de expressão”,

refere o voto, lido no Parlamento por Ferro Rodrigues.

A deputada trabalhista britânica Helen Joanne Cox, de 41 anos, foi ontem mortalmente atingida a tiro durante uma ação de campanha a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia, em Birstall, no norte de Inglaterra. ■

MULHERES SOCIALISTAS CONDENAM ATENTADO HOMOFÓBICO EM ORLANDO

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) expressou a sua condenação pelo atentado terrorista homofóbico em Orlando, na Florida, que vitimou mais de uma centena de pessoas no passado dia 12 de junho, resultando em 49 mortes, classificando-o como “um ataque de terror e de ódio” que atentou contra “a liberdade e direito de existir” das pessoas LGBT.

“SABEMOS que a discriminação e os crimes de ódio contra as pessoas LGBT existem e são uma realidade em todo o mundo e que é preciso um esforço de todas as pessoas e instituições para contrariar o medo”, refere o comunicado das Mulheres Socialistas, reafirmando a necessidade de continuar “a afirmar e a concretizar os va-

lores da liberdade e da igualdade em contraposição ao ódio e à exploração do medo da diferença”, sublinhando que “a democracia faz-se no plural”.

Expressando a sua condenação pelo trágico atentado, o DNMS transmite ainda “os seus sentimentos aos familiares e amigos das vítimas e a sua solidariedade para com a cidade de Orlan-



DR

do e para com a comunidade LGBT de todo o mundo”.

Parlamento repudia “ato bárbaro”

O Parlamento associou-se hoje à condenação do “ato bárbaro” contra a comunidade LGBT e contra as liberdades, repudiando todas as formas de terrorismo e de ódio.

Num voto apresentado por todas as bancadas, a Assembleia da República “manifesta a mais veemente condenação pelo ataque perpetrado contra cidadãos inocentes, expressando o seu pesar às famílias das vítimas, bem como às autoridades e ao povo norte-americanos”.

“Há seguramente uma reflexão que é global e que não pode dei-

xar de condenar sem hesitações todas as formas de terrorismo e todas as formas de ódio”, defende o texto aprovado, que sustenta ainda que “a brutalidade e a quantidade dos casos” justifica mais empenho numa “resposta global ao terrorismo, não violenta, que promova a segurança através da liberdade e a liberdade através da segurança”. ■

O PODER POTESTATIVO

ANTÓNIO CORREIA
DE CAMPOS



“ O melhor teste que se pode fazer à oportunidade da iniciativa será perguntar ao PSD se, estando ele a governar, teria também a mesma atitude de impor ao Parlamento um inquérito potestativo sobre tema tão divisivo e de tão imprevisíveis consequências para a paz dos caminhos

A reação ao inquérito potestativo sobre a CGD esteve muito longe da unanimidade. Dentre os partidos, apenas o PSD entendeu forçar a barra, numa espécie de fuga para a frente. O CDS/PP apoiou de forma relutante, sem entusiasmo. O Bloco de Esquerda, numa primeira reação pareceu ter encontrado uma segunda ocasião para continuar a primeira boa impressão. Aos poucos feneceu. Só o PS e o PCP se pronunciaram contra, por razões ditas de Estado. Os comentadores dividiram-se: dos económicos apenas um, conotado com a lapa no rochedo do PSD, manifestou um entusiasmo zeloso. A maior parte dos gurus receia a lavagem de roupa suja, mesmo que não haja roupa para lavar. Nos media, certamente a necessidade de grandes temas fez quase unanimidade, no acordo com o inquérito potestativo.

O melhor teste que se pode fazer à oportunidade da iniciativa será perguntar ao PSD se, estando ele a governar, teria também a mesma atitude de impor ao Parlamento um inquérito potestativo sobre tema tão divisivo e de tão imprevisíveis consequências para a paz dos caminhos. Na verdade, no momento em que repõe na Caixa o contador a zeros, qual a vantagem em remexer num passado tido por inenarrável, mas certamente mais prosaico do que se pensa? Nada melhor para lançar a dúvida em Bruxelas e no Banco Central que entrar no teatro anatómico para autopsiar um ser vivo com século e meio de história pública. Dizem-me que autópsias destas se fizeram já a três bancos. Responderei que os três eram cadáveres e apenas ressuscitaram por cuidados muito intensivos por parte dos governos. Autopsiar um ser vivo será como fez Pedro o Cruel, arrancar o coração pelas costas aos assassinos de Inês, com eles em vida. Reconheço o exagero da metáfora, mas os tempos de acalmia marcelina, não se coadunam com a violência mediática de uma oposição à espera de cada momento para fazer prova de vida. Mesmo que seja esfaqueando um ser vivo institucional. Como classificar esta proposta? Não basta a palavra desconcerto. É mais do que isso. Além da óbvia falta de imaginação, a emulação dos jovens turcos do PSD para com Mortágua de bom juízo demonstra que nada os poderá deter numa esperada escalada escatológica. As ideias não se combatem com ideias, mas com processos de inquérito. A luta é pela disputa de tempo e atenção dos media. Claro que, esgotado o Europeu de futebol, que mais poderíamos ter, no Outono, para longas tardes nos canais por cabo? ■



EMPREENDEDORISMO

LISBOA VAI TER UM DOS MAIORES POLOS DE INOVAÇÃO DA EUROPA

António Costa e Fernando Medina apresentaram no dia 17 de junho um polo de inovação, empreendedorismo e criação artística que vai nascer nas antigas instalações da Manutenção Militar, na Freguesia do Beato, com mais de 30 mil metros quadrados, e que vai ser um dos maiores espaços de inovação da Europa.

O PRIMEIRO-MINISTRO considerou uma aposta estratégica a atração e fixação nas principais cidades portuguesas de empreendedores e criadores de produtos de inovação tecnológica e artística ao nível mundial, contribuindo em paralelo para a renovação urbana. “É hoje claro que o país só se pode desenvolver com base no investimento, no conhecimento, na qualificação e na inovação”, defendeu António Costa, salientando ser este um dos principais eixos do Programa Nacional de Reformas. O chefe do Governo sublinhou

que o projeto de criação de um polo de inovação em antigas instalações da Manutenção Militar de Lisboa é da “maior importância para a criação de condições no sentido de atrair e fixar um conjunto de empreendedores, criadores e autores de iniciativas que se possam localizar na cidade”.

“A indústria do século XXI vai distinguir-se muito pouco daquilo que é atividade dos pintores, dos escultores ou dos criadores de modo, porque será assente na criatividade. Por isso é fundamental que estes espaços sejam multidisciplina-

res”, acrescentou.

Por sua vez, o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, considerou que este novo polo criativo aposta nas “indústrias do século XXI” e ainda dá um forte impulso à revitalização da zona oriental da cidade.

“Será um polo de criação de emprego, de inovação e de artes como esta cidade não tem” e que será desenvolvido “ao longo dos próximos anos”. Será ainda, acrescentou, “uma das maiores incubadoras de empresas que existem na Europa”. ■